



**4º Encontro Internacional de Política Social  
11º Encontro Nacional de Política Social  
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:  
desafios à Política Social  
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016**

---

**Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.**

**SERVIÇO SOCIAL, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E RELAÇÕES  
DE GÊNERO**

**Débora de Paula Bolzan<sup>1</sup>**

**Resumo**

Este trabalho analisa as construções sociais de gênero em Serviço Social, tomando como base uma pesquisa de mestrado desenvolvida na região metropolitana de Goiânia (GO). Verificou-se que a articulação trabalho/família das assistentes sociais entrevistadas apoia-se no “modelo de conciliação”, no qual as profissionais conjugam o trabalho em Serviço Social com a dupla jornada de trabalho, sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Não obstante, verificou-se que o Serviço Social persiste enquanto nicho feminino no mercado de trabalho, configurando uma identidade de gênero e reproduzindo uma concepção sexuada de exercício profissional.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Gênero. Divisão sexual do trabalho.

**SOCIAL WORK, SEXUAL DIVISION OF LABOR AND GENDER RELATIONS**

**Abstract**

This paper aims to analyze how gender constructions reach social workers, based on a master's dissertation developed in the metropolitan area of Goiânia (GO). It was found that the links work / family of the professionals interviewed is based on "conciliation model" in which the professionals combine labor in Social Work with a double, or even triple working day, being the mainly responsible for housework. Nevertheless, it was found that the Social Work persists as a female niche in the labor market, setting up a gender identity and reproducing a sexual conception of professional practice.

**Keywords:** Social work. Gender. Sexual division of labor.

**INTRODUÇÃO**

A análise das relações de gênero no Serviço Social deve ser correlacionada a uma das características mais marcantes dessa profissão: a presença histórica e majoritária feminina. A presença maciça de mulheres no Serviço Social remete ao histórico da profissão e às construções de gênero envolvidas nessa conjuntura.

A categoria gênero explica as relações desiguais entre os sexos como relações sociais, culturais, políticas e econômicas (re)produtoras de relações sociais desiguais que legitimam e naturalizam desigualdades, estabelecidas historicamente com base em construções culturais e sociais que diferenciam e hierarquizam os sexos, ou seja, essa

---

<sup>1</sup> Assistente social graduada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora Assistente do Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: <[debora.bolzan@uft.edu.br](mailto:debora.bolzan@uft.edu.br)>.

A autora concorda expressamente com a divulgação deste trabalho pela organização do evento.

categoria questiona o lugar social e cultural ocupado pela mulher, lugar esse construído hierarquicamente como uma relação aparentemente natural de poder entre os sexos e aborda a dimensão social, cultural e material da desigualdade sexual.

É importante ressaltar que gênero<sup>2</sup> é considerado em uma dimensão relacional, ou seja, falar de uma profissão de maioria feminina inclui falar também do masculino e das interações e interdependências imbricadas nessas relações, ou seja, os estudos de gênero não dissociam o mundo das mulheres como antagônico ao mundo dos homens, rejeitando “[...] a validade interpretativa da idéia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo” (SCOTT, 1989, p.7). Mesmo representando um pequeno quantitativo, os homens se fazem presentes no serviço social e os valores relativos ao masculino fazem parte de suas relações. Sendo uma profissão permeada por valores em torno do feminino, os homens assistentes sociais guardam esses valores na prática profissional? Como as construções sociais e culturais de gênero influenciam o trabalho e a vida dessas/es profissionais?

Ademais, o conceito de gênero está relacionado às relações de poder e evocam, segundo Scott (1989) a tomada de decisões que afetam a vida social em conjunto, inclusive ditam normativas dirigidas às mulheres, tais como leis sobre aborto e violência doméstica. Não obstante, o gênero também influencia o mundo do trabalho, coadunando numa divisão sexual do trabalho. Essa divisão não é um fato novo, suas modalidades variam no tempo e no espaço, construindo identidades e os atributos no trabalho com base nas qualidades construídas historicamente. Mesmo diante das mudanças no mundo do trabalho, a divisão sexual permanece praticamente estática, sofrendo poucas transformações no decorrer histórico, fazendo com que seus princípios organizadores pouco se alterem - “[...] o princípio da separação (o trabalho do homem é distinto do trabalho da mulher) e o princípio da hierarquia (o trabalho do homem “vale” mais do que o trabalho da mulher)” (KERGOAT, 2010, p. 100). Autores como Neves (2012), SORJ (2000) e Nunes (2011) assinalam que a incorporação da força de trabalho feminina, ao longo da cadeia de produção e no setor de serviços, se concentra nos postos mais flexibilizados, na ponta da cadeia produtiva e em ocupações historicamente desvalorizadas e moldadas pela divisão sexual do trabalho.

---

<sup>2</sup>A análise da categoria gênero deve ser entendida como uma relação entre sujeitos históricos e participantes de um padrão de acumulação capitalista que se apropria das relações de gênero para explorar as diferenças socialmente construídas a seu favor (SAFFIOTI, 2004, p. 74).

Nesse sentido, os trabalhos femininos devem ser “[...] leves e adaptados à fragilidade das mulheres e suas experiências domésticas” (LOPES; LEAL, 2005, p.111). Sob a ideologia naturalista, um leque de ocupações é ofertado às mulheres, tais como: serviços de limpeza e conservação, secretarias, auxiliar administrativo, babás, empregos domésticos, mas também cursos que exigem formação universitária específica, como o Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia. Todas essas ocupações/profissões são vistas como extensões aos trabalhos já realizados por elas no âmbito privado. Ou seja, a externalização de atividades com qualidades e atributos considerados femininos, que ocupam uma escala inferior na hierarquia das profissões, desvendando que as relações desiguais de gênero possuem uma dimensão laboral, material, histórica e cultural arraigada na sociedade.

Inserido prioritariamente no setor de serviços, o Serviço Social está entre as profissões brasileiras que mais empregam mulheres. Na década de 1970 era a segunda profissão com maior concentração mulheres no país; nos Censos de 1980, 1991 e 2000 assumiu como a profissão de nível superior mais feminina do Brasil (SIMÕES, 2012). Historicamente, Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia e Biblioteconomia indicam as quatro profissões mais influenciadas pelo gênero no mercado de trabalho brasileiro. Tais profissões revelam que as desigualdades entre os gêneros persistem no mercado de trabalho e posicionam a mulher em uma situação desigual construída a partir da divisão sexual do trabalho.

Dados da RAIS<sup>3</sup> 2010 sobre Goiás mostram que a taxa de feminização do Serviço Social nesse Estado é de 93,7%. Em nível nacional os dados da Pnad<sup>4</sup> 2012 apontam que as mulheres representaram 84,4% da categoria em todo o Brasil neste ano.

Mais do que afirmar a presença massiva de mulheres no Serviço Social, como fazem grande parte das pesquisas em Serviço Social que tocam no tema, é preciso mostrar como a prática profissional é orientada pelo gênero e como a profissão é influenciada por valores e práticas culturalmente e historicamente associados ao universo feminino.

---

<sup>3</sup> A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS é um importante instrumento de coleta de informações sócio-econômicas, cobrindo o mercado de trabalho formal brasileiro, incluindo contratos temporários.

<sup>4</sup> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), embora seja um levantamento estatístico e não uma base administrativa, engloba também vínculos informais além de uma vasta gama de informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, tendo como unidade de coleta os domicílios.

A pesquisa<sup>5</sup> aqui apresentada analisou as construções de gênero no Serviço Social como um dos objetivos propostos na dissertação de mestrado da autora. Foram realizadas 15 entrevistas entre maio de 2013 e fevereiro de 2014, com 13 mulheres e dois homens entre 30 e 70 anos. As áreas de atuação desses profissionais são diversificadas: assistência social, saúde, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ministério Público (MP), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (Semdus) e Organização Não Governamental (ONG). Os tipos de vínculos caracterizam-se por estatutários efetivos (município, Estado ou União), contratos por tempo determinado, cargo comissionado e trabalho voluntário.

A amostra constituída<sup>6</sup> para a realização de entrevistas foi heterogênea, intencional e não probabilística, composta por profissionais de ambos os sexos, com idades variadas, tipos de vínculo/contrato de trabalho diferenciados, locais de trabalho distintos e características sociodemográficas diversas. A metodologia<sup>7</sup> privilegiou uma abordagem qualitativa, com base em levantamento de literatura pertinente, análise documental e observação sistemática. A pesquisa de campo envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas, utilizando elementos técnicos de entrevistas narrativas com os assistentes sociais da região metropolitana de Goiânia (GO). As narrativas objetivam obter experiências mais subjetivas e dados de maior profundidade do que nos relatos da entrevista semiestruturada (FLICK, 2009). Através das formas narrativas, os profissionais falaram de si, das suas práticas, trajetórias, crenças e experiências laborais e de formação.

As entrevistas semiestruturadas foram empregadas como um guia, por meio de roteiro pré-elaborado; no entanto, permitiram o surgimento espontâneo de outras questões sobre os objetivos pesquisados. Estas enfocaram as experiências biográficas, possibilitando o contato com a realidade vivida pelos sujeitos, de modo a proporcionar a obtenção de dados sobre os mais diversos aspectos da vida social, além de dados em profundidade acerca da vida do entrevistado.

---

<sup>5</sup> Este trabalho apresenta resultados da dissertação de mestrado intitulada *Eu nasci para ser assistente social: o trabalho em Serviço Social, profissionalização, identidade e gênero*, apresentada em 2014 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, sob orientação do professor Dr. Jordão Horta Nunes (BOLZAN, 2014).

<sup>6</sup> As primeiras seis profissionais foram selecionadas durante a *XXX Semana da/o Assistente Social*, realizada em maio de 2013. Outros contatos foram indicados por uma professora da UFG e por uma professora da PUC-GO. Por fim, outros profissionais foram indicados pelos próprios entrevistados, por meio da estratégia “bola de neve” (FLICK, 2009), fazendo com que um caso levasse a outro.

<sup>7</sup> A pesquisa contemplou todos os requisitos legais exigidos pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás (UFG). Foram utilizados nomes fictícios para garantir a privacidade e confidencialidade dos participantes da pesquisa, resguardando sua identidade.

Já a técnica de entrevista narrativa foi empregada com o objetivo de obter relatos baseados nas trajetórias biográficas, oferecendo espaço para que os entrevistados narrassem suas histórias com pouca ou nenhuma intervenção da pesquisadora. As narrativas apresentam experiências mais profundas e detalhadas da vida do entrevistado, estimulando os sujeitos a narrarem questões de sua vida e pontos de vista que interessam à pesquisa (FLICK, 2009). Compreende-se as histórias de vida como construções sociais, ou seja, as narrativas fornecidas revelam as construções culturais da vida dos entrevistados (DUBAR, 2012).

### **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: RESULTADOS DA PESQUISA**

O trabalho e a família são considerados, muitas vezes, as dimensões mais importantes da vida das pessoas (DUBAR, 2012). Para conciliar a vida profissional/vida familiar, as assistentes sociais entrevistadas recorrem a familiares ou ao enorme reserva de mulheres em situação precária; são domésticas, babás ou diaristas que geralmente têm baixa escolaridade, vivem em situações precárias do ponto de vista econômico e a margem do mercado formal de trabalho. Estabelecem-se assim novas relações sociais entre essas mulheres, ambas em situações precárias, mas de formas diferentes.

As assistentes sociais brasileiras mantêm o trabalho reprodutivo sob responsabilidade feminina, pois 89,3% afirmam cuidar dos afazeres domésticos, ante 10,7% dos homens que afirmam o mesmo, de acordo com a PNAD 2012. A distribuição de horas com essas tarefas é bastante desigual, sendo que as assistentes sociais afirmam desempenhar 24 horas por semana nos afazeres domésticos e os homens 11 horas semanais (PNAD, 2012). O dado expõe que o trabalho doméstico não remunerado é desempenhado majoritariamente por mulheres, através da dupla jornada.

A conciliação entre vida profissional e vida familiar é a estratégia adotada por doze das/os assistentes sociais entrevistadas/os, e configura-se, na verdade, como uma conciliação fortemente sexuada, definida no papel social da mulher. Duas profissionais, Alice (42 anos, casada) e Telma (38 anos, casada), têm funcionárias domésticas na atualidade, mas ainda assim administram e delegam as tarefas domésticas e se incumbem delas nos domingos e feriados. O assistente social Jorge (40 anos, solteiro) realiza alguma atividade doméstica no domingo, segundo relata, como lavar a louça após o almoço para “ajudar” sua mãe; ao longo da semana faz seu próprio café. Por outro lado,

também há casos em que a divisão das tarefas parece ilustrar mais horizontalidade. Os filhos/as também são incentivados à participação, principalmente no que tange à organização e arrumação de suas próprias coisas e na divisão de outras tarefas.

Todos participam da divisão e meu esposo também. Inclusive digo que eu menos faço trabalho em casa. Meus filhos são muito parceiros nesse sentido, apesar de serem bem novos, mas se responsabilizam pelo seu quarto, eu tenho uma tabela de divisão de serviços, do recolhimento do lixo, quem cuida da cozinha, quem vai varrer a casa, quem vai tirar a poeira. Com o meu esposo também, com ele não precisa de tabelinha, ele já tem os dias que ele cuida da cozinha, ajeita tudo. Às vezes eu me atraso pra fazer o jantar, chego lá o jantar já está pronto. (JÚLIA, 36 anos, casada).

Procurando alguma divisão de tarefas o assistente social Pedro (50 anos, casado) afirma colaborar de alguma maneira: “eu sou um exímio lavador de pratos e no banheiro”; além disso, afirma ajudar no cuidado com os animais domésticos. Para o profissional em sua casa ninguém se auto declara “chefe”. Entretanto quando perguntado o que os outros familiares fazem responde: “A menina ajuda mais. O menino está no caminho, lava copo quando dá e acabou de almoçar tem que lavar o prato que usou”. A fala mostra a existência de uma divisão etária das atividades domésticas entre os entes da família, porém com peso diferenciado, indicando também a divisão sexual na partilha dessas tarefas.

As profissionais que não podem arcar com os custos de uma funcionária doméstica mensal são as responsáveis por tais tarefas, realizando-as ou gerenciando-as. Em recente pesquisa, Jordão Nunes (2014) observa, com base em microdados do Censo de 2010, que as mulheres concentravam 94,4% dos 5 milhões de vínculos de trabalho doméstico registrados no Brasil, mostrando que o trabalho doméstico é sexuado.

Com base em Kergoat e Hirata (2007) pode-se dizer que as assistentes sociais vivem o “modelo de conciliação”, no qual cabe quase que exclusivamente às mesmas conciliar vida familiar e vida profissional, sendo o homem “provedor”, diante dos modestos salários auferidos por grande parte dessas profissionais. Esse modelo, em geral, incumbe apenas às mulheres operar a conciliação, o que pode gerar conflitos, como relata Ana:

É o que estou te falando, nós não conseguimos superar, às vezes a gente até ganha mais do que o companheiro, do que o pai, mas a gente continua fazendo. Eu faço, mas eu também divido. Eu divido, mas a gente tem muitos conflitos por conta disso; hoje particularmente meus conflitos domésticos são por causa disso porque eu não aceito, eu faço, mas eu faço a minha parte e tento dividir. Eu acho que é por aí, eu acho que a gente tem que trabalhar

isso, fazer com que o outro, ou as outras, porque nós mulheres também reproduzimos com outras mulheres, nós mulheres reproduzimos isso com outras mulheres; eu acho que esse ambiente doméstico a gente tem que mudar, primeiro a gente muda em casa pra depois ganhar o mundão né (risos). (ANA, 30 anos, união estável).

Algumas assistentes sociais contam com a ajuda de outras familiares ou com a contratação de outras profissionais diaristas, também mulheres, excluindo os homens da realização de tais tarefas ou distribuindo-as de forma desigual com os mesmos.

Perguntada sobre quem realiza as tarefas em sua casa Luiza responde:

Graças a Deus eu tenho uma mãe maravilhosa, ela tem a casa dela e eu tenho a minha, mas é no mesmo lote. Eu tenho uma menina que cuida na minha casa uma vez por semana, mas eu amo cuidar da minha casa, eu gosto de fazer, igual hoje de manhã eu já passei um pano na área; igual a comida, eu faço correndo e trago pra comer aqui. Então é assim, quando eu vinha pela manhã minha mãe fazia a comida e mandava pra mim; ela tem 75 anos. Então é assim, eu faço tudo, eu coloco minha luva e faço, eu lavo louça, a gente cozinha. Ele é colaborador (o marido), agora meu filho não é de fazer as coisas não. Meu esposo é colaborador. (LUIZA, 53 anos, casada).

Paula realiza todas as tarefas domésticas, principalmente nos finais de semana, sinalizando que seu tempo livre é gasto nas tarefas domésticas e no cuidado com o filho: “Eu faço em dois dias, no final de semana [risos]. Lavo, passo, cozinho, cuido dos meninos, não tem ninguém pra me ajudar não”. Durante a semana conta com a ajuda da mãe para ficar com o filho enquanto trabalha e estuda:

Antes de ir pro serviço eu já levo meu filho pra escola, já peço minha mãe pra buscar, ai eu já passo na minha mãe e já levo meu filho pra casa. Eu faço curso de inglês a tarde enquanto meu filho fica lá na minha mãe, ai eu já pego ele...eu faço assim, já é corrido entendeu? Ai eu já vou providenciar as coisas dele, lanche tem que organizar, uniforme e organizo minha vida dessa forma. (PAULA, 32 anos, casada).

O relato indica que o filho é uma parte importante das tarefas de Paula e sua rotina é particularmente organizada em razão dele, começando cedo. Os relatos de Luiza e Paula destacam a figura materna/avó como importante na contribuição dos cuidados com as crianças pequenas e com as atividades domésticas enquanto as assistentes sociais encontram-se no trabalho.

O afastamento prolongado do mercado de trabalho para o cuidado de filhos pequenos foi pontuado por algumas profissionais, como Laura (43 anos, casada): “Eu formei em 2005, eu comecei a trabalhar em 2010 porque minha filha tava pequenininha, eu dei um tempinho [...] Ela nasceu em 2002, eu formei em 2005 e eu comecei a

trabalhar em 2010”. Já Alice (42 anos, casada) formou-se em 1998 e ingressou no primeiro trabalho em 2000, após ter cuidado da primeira filha: “[...] eu fiquei com ela e no ano de 2000 eu comecei a trabalhar”. Como indicam, essas assistentes sociais estão preocupadas, em primeiro lugar, com a vida familiar, com o cuidado dos filhos, e em um segundo plano, a carreira é planejada.

As profissionais vêm com naturalidade o “modelo de conciliação”, interiorizado sem questionamentos<sup>8</sup>. O relato seguinte expressa, com riqueza de detalhes o conservadorismo que permeia as relações intrafamiliares e esboça a naturalização das diferenças socialmente construídas entre os sexos; quando perguntada sobre as contribuições do movimento feminista para as mulheres Laura responde:

Eu sou muito família, tudo que eu faço eu gosto de olhar o âmbito familiar. Foi muito bom a mulher sair do âmbito familiar, porém, eu acho que ela não teria que ocupar tanto as horas dela com o trabalho e isso tá acontecendo e tá trazendo a degradação familiar; eu não sou feminista. Porque eu acredito, e isso é histórico, que os filhos precisam da mulher, os homens e os esposos precisam da mulher; a gente não pode deixar de ser profissional, mas tem que conciliar isso, a maioria das mulheres tão pondo a profissão em primeiro lugar, eu acho que a gente não tem que pegar todo cargo, a gente não tem que ser chefe de família, a gente buscou muito isso. Hoje em dia as mulheres são chefe de família e os homens se acomodaram, tão casando com interesse e eu acho que isso tá gerando muitos divórcios, a mulher tá mais segura, mais independente, e tem que tá, mas tem que tá junto com a família, junto com o esposo, acho que a mulher e deixou a família de lado e tá muito na carreira; eu acho que tem que ter uma carreira, que tem que tá buscando novos horizontes, porém, tem que lembrar da família, tem que conciliar, a família andar junto, juntinho; não é passar a educação da família pra babar ou pra uma empregada. (LAURA, 43 anos, casada).

Nota-se ainda, que segundo a opinião de Laura o fato de as mulheres saírem do âmbito doméstico em busca de uma carreira tem acarretado crescimento do número de divórcios, culpabilizando-as por relacionamentos malsucedidos. Um posicionamento conservador como este leva-nos a pensar em como as próprias mulheres podem contribuir para que as explorações e dominações em suas diversas formas se perpetuem e se reproduzam. Como analisa Kergoat (2010), é preciso desnaturalizar as relações sociais de gênero, pois elas não se inscrevem unicamente na instância familiar ou na econômica, “[...] estas instâncias articulam-se entre si, de maneira intra e intersistêmica [...]” (KERGOAT, 2010, p. 99), explorando, dominando e oprimindo por meio de gênero, raça, classe, ou seja, essas relações se entrecruzam e se interpenetram formando

---

<sup>8</sup> A única exceção é a assistente social Ana, que relata a existência de conflito na divisão das tarefas domésticas, uma vez que o companheiro é resistente a realizar tais tarefas.

um “nó” no seio de uma individualidade ou de um grupo, atuando na construção identitária. As relações de trabalho reforçam relações de classe e sexo num entrelaçamento mútuo que reproduz estereótipos de gênero e naturaliza desigualdades.

Atualmente, devido à polarização das condições de emprego das mulheres tem-se observado o “modelo da delegação” como aliado ao “modelo da conciliação” da vida familiar/vida profissional (KERGOAT; HIRATA, 2007). O crescimento de ocupações de nível superior e de posições executivas por mulheres têm criado a necessidade e os meios de delegar a outras as tarefas domésticas e familiares. Esse novo modelo se desenvolve nos países capitalistas ocidentais como consequência do crescimento de empregos em serviços e está em vias de desenvolvimento em países como o Brasil, oferecendo uma “solução” para os conflitos entre responsabilidades familiares e profissionais. Com renda familiar elevada auferida pelo esposo, Alice não realizava as tarefas domésticas uma vez que este a “ajuda” financeiramente custeando uma funcionária doméstica; entretanto, a profissional não se esquivava dessa responsabilidade e quando perguntada se realiza alguma tarefa doméstica demonstra “vergonha” por não realizá-las: “Ai que vergonha...muito pouco, muito pouco porque eu tenho quem faz tudo lá em casa [...]. Eu tenho três filhos né, eu preciso de ajuda! [risos] Às vezes eu cozinho” (ALICE, 42 anos, casada).

O “modelo da delegação” levanta questões controversas, uma vez que um grupo de mulheres com perfis sociais e econômicos privilegiados faz uso de serviços de outro grupo (precário, mal pago e sem perspectiva ascensão profissional) para ascender na escala profissional e investir em uma carreira. Essa situação permite a assistente social maior envolvimento no trabalho, contudo não resolve o problema da responsabilidade imputada as mesmas para com as tarefas domésticas, apenas desloca-o para novas relações de subserviência com outras mulheres.

A mudança na legislação que institui a carga horária máxima de 30 horas semanais (Lei nº 12.317/2010) para assistentes sociais influencia para que essas profissionais tenham mais tempo disponível de descanso, para aperfeiçoamento profissional e inclusive para as atividades domésticas. É o caso de Ana, que afirma aproveitar o tempo livre para estudos: “[...] hoje eu tenho mais condições de uma leitura né, você tem aquele momento de reflexão e que você ainda gasta depois daquelas 6 horas de trabalho; na sua casa você continua indiretamente trabalhando né, porque você tá lendo, tem mais tempo”. Entretanto, essa é uma realidade diferente das pontuadas por outras profissionais, essencialmente para as com filhos, em que o maior tempo livre é

gasto, em grande parte, com os filhos e atividades domésticas. Isso significa que para estas o trabalho em tempo parcial permite que se tenha mais tempo disponível, não porque diminui a exigência do trabalho, mas porque a flexibilidade de horário possibilita ajustar as exigências do seu trabalho às exigências da família, aumentando o tempo dedicado as tarefas reprodutivas, como é o caso de Alice, que no tempo fora do trabalho se dedica exclusivamente as funções de mãe e esposa, destacando uma construção identitária sexuada, orientada por gênero.

Bom...fora! Mãe, primeira coisa; esposa, segunda coisa. Eu fico de segunda a sexta em Goiânia, final de semana vou pra chácara, uma chácara bem próximo daqui [...] é no final de semana que eu brinco, que eu faço casinha porque eu tenho três filhos, 14, 8 e 7 anos, eu brinco de casinha, eu jogo futebol, que eu sou mãe mesmo né; porque de manhã lá em casa no meu dia a dia eu acordo e é café da manhã, tarefa, levo pra escola, busco depois, corro pro trabalho, aquela loucura. E nos finais de semana é que eu sou mãe, eu sou esposa, eu sou tudo. E assim é a minha vida.

O dilema entre o trabalho e a administração da família de “tipo tradicional (hierárquico)” gera na profissional o sentimento de ressentimento, colocando em discussão os papéis da mulher ao longo do tempo, no desempenho de estratégias para lidar com as cobranças sociais e com a tensão de administrar tempo e energia para o trabalho, os filhos e o casamento numa dupla jornada que gera “dilemas” para a mulher. Ela conjuga, transforma e alterna papéis, como de “supermãe”, de profissional e esposa, privilegiando ou reduzindo seu tempo e energia para esses papéis ao longo do tempo (HOCHSCHILD, 1983). Segundo Arlie Hochschild (1983), essa relação ocorre de forma tensionada, pode gerar crises e desempenham grande empenho em termos de trabalho emocional. A socióloga analisa como o “mito da família tradicional” tem sobrecarregado a mulher nas responsabilidades com a esfera doméstica/reprodutiva e com os filhos, gerando na atualidade um “dilema” relacionado às relações conjugais entre casais que trabalham fora e têm filhos. Os relatos colocam em questão a gratuidade do trabalho doméstico e evidenciam a contínua reprodução de valores assimétricos de gênero no interior das famílias. Sorj (2000) observa que “[...] a posição diferencial de homens e mulheres no espaço doméstico é um elemento central na determinação das chances de cada um no mercado das carreiras, dos postos de trabalho e dos salários” (SORJ, 2000, p. 29). Assim, apesar do intenso crescimento da força de trabalho feminina, há permanência de traços culturais e sociais que delinham obstáculos

a participação mais efetiva da mulher no mercado de trabalho, condicionando sua participação no mercado com as responsabilidades domésticas.

A pesquisa também apontou uma característica da política de assistência social: ela é fundamentalmente direcionada às mulheres. Além de responsabilizadas pela reprodução social, as mulheres são também as maiores vítimas da precarização das políticas públicas. São elas em sua esmagadora maioria que procuram as unidades especializadas em assistência social e que acompanham os entes familiares aos atendimentos. A profissional Luiza relata que no atendimento aos adolescentes as acompanhantes são: “[...] a maioria são as mães, as mães, às vezes os pais acompanham também, mas a maioria é a mãe, a genitora”. Outra assistente social, Alice, estima que nos atendimentos da unidade na qual trabalha “99% são mulheres que buscam a assistência”.

Por outro lado, Alice entende que a profissão feminizada está relacionada à forma de interpretar a realidade com base nas experiências domésticas das mulheres:

Olha, quando eu entrei na faculdade se falava muito que a assistente social é aquela moça boazinha que o governo pagava pra cuidar dos pobres, que eram beatas, irmãs de caridade, né, mas por ser um curso feminino eu acho que é pelo olhar que nós temos da realidade, de mãe, de mulher, das nossas dificuldades de dentro de casa, eu vejo que a gente olha com um olhar mais acolhedor, mais cuidadoso.

Observa-se a permanência de certos símbolos e situações que atestam que o Serviço Social pode não ser atrativo para a imagem social masculina. Como históricos “provedores do lar”, os homens não poderiam ganhar um salário tão modesto. Soma-se ainda que a profissão carrega historicamente atributos e qualidades “naturalmente” femininos, como dedicação, paciência e empatia com o público atendido, o que se contrapõe aos atributos e qualidades “naturalmente” masculinas, como aparece na fala de Júlia, remetendo o ato de cuidar a um atributo natural feminino: “É tão engraçado como isso está tão introjetado em nós. O instinto do cuidar está introjetado, isso está ligado à benesse, à caridade. Eu acredito que esse instinto de cuidar que a mulher tem é um atributo sim” (JÚLIA, 36 anos, união estável).

O assistente social Pedro (50 anos, casado) observa que, não raramente, as pessoas o olham com estranhamento “[...] pelo fato de achar que Serviço Social é pra mulher. Assusta ver homem no Serviço Social, assusta não sei por quê e ainda

heterossexual”. A virilidade do homem é questionada ao escolher uma profissão feminizada, o que também aparece no relato de Telma:

As pessoas, às vezes acham que as assistentes sociais têm que ser boazinhas, têm que estar dispostas a ajudar, passar a mão na cabeça, a gente vê que existe ainda essa cultura. Então pra isso tem que ser mulher, o homem não vai fazer isso. Tem aquele preconceito, como tem na pedagogia e na enfermagem, se o homem escolhe essa profissão, já questiona a virilidade desse homem, se ele é hetero ou se é homossexual, quer dizer, como se a orientação sexual deles fosse fazer diferença na questão da escolha da profissão (TELMA, 38 anos, casada).

A inserção de homens no Serviço Social é pequena e lenta, e, mesmo sendo um curso de nível superior, portanto de formação universitária, não se mostra atrativo suficiente para que os homens vislumbrem nessa profissão opção profissional. No Brasil, as mulheres representaram 96,8% da categoria em 1988 e 95,3% em 2006 (Simões, 2012). Em 2010 já se verifica uma composição masculina relativamente maior: 81,7% de mulheres e 18,3% de homens, com base nos microdados do Censo.

O Serviço Social “[...] mantém-se, regra geral, um distanciamento visível com os movimentos sociais de mulheres, especialmente aqueles identificados mais claramente com a “vertente feminista”” (RODRIGUES, 1998, p.5). A constatação de Marlene Rodrigues pode ser observada nas entrevistas, como na fala da profissional Telma: “Feminista? Tem muitas coisas que eu não concordo com o movimento feminista [...] eu não sou muito envolvida nos movimentos feministas não, eu posso até estar totalmente errada, mas tem uns movimentos que são muito radicais [...]” (TELMA).

Nenhuma das assistentes sociais afirma se lembrar de alguma disciplina que abordasse a temática do gênero na grade curricular universitária. “Não deve ter tido uma disciplina específica, mas certamente haveria debates. Mas, eu não me recordo [...]” (JÚLIA, 36 anos, casada). Quando perguntado sobre as disciplinas que abordavam a temática de gênero Pedro responde: “Muito vago, nada que fosse pra parar e pensar”. Segundo Marlene Rodrigues (1998) os estudos de gênero permanecem historicamente “à margem do campo de reflexão das Assistentes Sociais”, o que se reflete “[...] numa produção reduzida, se comparada não só ao quadro mais geral das Ciências Sociais no Brasil a partir da década de 70, mas a produção interna mesma do Serviço Social” (RODRIGUES, 1998, p.5).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A persistência do Serviço Social enquanto ocupação feminizada e com modestos níveis de remuneração demonstra que as desigualdades entre os gêneros persistem no mercado de trabalho, reproduzindo uma concepção sexuada de exercício profissional. Nesse processo, o Serviço Social afirma-se como profissão que ratifica a divisão sexual do trabalho, vinculada à extensão dos papéis domésticos da mulher na sociedade e a valores associados ao feminino, configurando-se como um nicho feminino no mercado de trabalho.

As entrevistas sinalizam que a categoria mantém os tradicionais arranjos domésticos e a tradicional configuração familiar brasileira: casal heterossexual e filhos. De modo geral, a articulação trabalho/família das profissionais entrevistadas está de acordo com o “modelo de conciliação” (KERGOAT; HIRATA, 2007), no qual as profissionais conjugam o trabalho em Serviço Social com a dupla, ou até tripla jornada de trabalho, sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Há casos de certa divisão de tarefas entre os entes da residência e de delegação deste trabalho a outras mulheres e familiares, o que não extrai a responsabilidade das mulheres para o trato com essas questões. A jornada parcial pode ser uma alternativa para conciliar o trabalho com outras atividades, como cuidar dos filhos ou estudar.

Como pontuam Kergoat e Hirata (2007), o trabalho doméstico continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero a que se assiste hoje. E mesmo aquelas mulheres “[...] plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade” (KERGOAT; HIRATA, 2007, p. 607). É preciso questionar e refletir sobre o continuísmo e permanência deste trabalho imputado exclusivamente a um sexo, mas, é também importante pensar em maneiras e possibilidades de como mudar essa situação e, mais do que isso, “[...] questionar, sobretudo, os âmbitos psicológicos da dominação e a dimensão da afetividade” (KERGOAT; HIRATA, 2007, p. 607).

Ademais, o “tempo livre” para a grande maioria das profissionais entrevistadas não significa tempo de descanso. O tempo fora do trabalho significa pouco tempo para si mesma, principalmente para as casadas e com filhos e é, na verdade, em grande parte voltado para as tarefas domésticas, reprodutivas. Deste modo, a abordagem de gênero leva-nos a compreender o trabalho em seus diversos aspectos, materiais, sociais e

subjetivos. Enfim, nos dias atuais é impossível pensar o mundo do trabalho indissociável da perspectiva de gênero.

É importante ressaltar que essa análise não pretende generalizar os resultados da pesquisa para toda a categoria, contudo, admite-se que a amostra possa de alguma forma, representar as peculiaridades e características do grupo ocupacional no que diz respeito as construções de gênero e como elas influenciam e afetam a vida e o trabalho de assistentes sociais. Por fim, pode-se apontar a urgência em inserir o enfoque de gênero na grade curricular e nos programas e projetos desenvolvidos pelo Serviço Social. Além disso, a análise das relações de gênero “[...] permite compreender as relações hierárquicas de poder que se estabelecem na sociedade entre homens e mulheres, o que possibilita uma visibilidade das desigualdades e das discriminações do trabalho feminino” (NEVES, 2012, p.15).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 8.662 de 07 de junho de 1993. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 de junho de 1993.

BOLZAN, D. de P. **Eu nasci para ser assistente social: o trabalho em serviço social, profissionalização, identidade e gênero**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. Tradução Fernanda Machado. **Cadernos de Pesquisa**, Maranhão, v. 42, n.146, p. 351-367, 2012.

FLICK, Uwe. **Coleção Pesquisa Qualitativa**. 6 vol. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HOCHSCHILD, Arlie Russel. **The managed heart: commercialization of human feeling**. Berkeley: University of California Press, 1983.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2013.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Cadernos de Pesquisa**, Maranhão, v. 37, n.132, p. 595-609, 2007.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução Antonia Malta Campos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, 2010.

LOPES, M. J. M; LEAL, S. M. C. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p. 105-125, 2005.

NEVES, Magda de Almeida. Trabalho feminino, flexibilidade e qualificação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p.11-28, mai./ago.2012.

NUNES, Jordão Horta. “A seu dispor!” – Identidade e interação no trabalho em serviços. *In*: NUNES, Jordão Horta (Org.). **A seu dispor!** Sociologia do trabalho em serviços. NUNES, Jordão Horta (Org.). Goiânia: PUC–GO, 2011. p.15-48.

NUNES, Jordão Horta. Dilemas identitários no mundo dos serviços: da invisibilidade à interação. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 238-273, 2014.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br>> Acesso em: jun. 2013.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **Serviço Social, Gênero e Violência**. 1998, p.1-16. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-100.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. *In*: **A MULHER brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Trad. Christine Rufino Dubat, Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes sociais no Brasil**: um estudo a partir das Pnads. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2012.

SORJ, Bila. Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2000.